

14/3/2007

O PDI é a base

O plano quinquenal de desenvolvimento para a UFRJ foi discutido em centros, unidades e colegiados superiores até o fim do ano passado, e aprovado no CSCE. Serve agora de base para o programa de atuação do quadriênio em que pretende continuar à frente da UFRJ.

Traça um diagnóstico de toda a vida da universidade – administrativa, de patrimônio, acadêmica – e oferece propostas para superação da condição atual. Um capítulo dedica atenção especial às relações de trabalho, que, entre outros pontos, prevê a defesa dos direitos do servidor e esforços pela reconquista daqueles retirados; formação e qualificação progressiva de todos os servidores e estabelecimento do mérito e da qualificação como critérios para o desenvolvimento.

O plano pretende a recomposição dos quadros de pessoal, políticas permanentes de qualificação continuada e estabelecer critérios que permitam, num horizonte de autonomia plena, maior grau de liberdade para a transposição dos cargos da carreira.

16/9/2006

PDI - Câmara de Extensão é aprovada

A Câmara de Extensão da UFRJ foi o principal resultado do 3º Congresso de Extensão da UFRJ, realizado entre os dias 4 e 6 de outubro. De acordo com a pró-reitora de Extensão, Laura Tavares, a Câmara foi aprovada no espírito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRJ. “A proposta do PDI é unificar os atuais colegiados (Conselho de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino de Pós-Graduação) em um único colegiado acadêmico, com três câmaras: Ensino de Graduação; Pós-Graduação e Pesquisa; e Extensão. A Câmara passará a ser o órgão colegiado da extensão, com poder deliberativo”, disse. A proposta para ser instituída terá que ser aprovada pelo Conselho Universitário, incluindo a Câmara no Estatuto para que seja um órgão de deliberação na UFRJ.

A proposta de composição da Câmara é de 27 pessoas, e a presidência será ocupada pelo pró-reitor de Extensão. Participarão do órgão representantes dos coordenadores de programas de extensão, dos coordenadores de projetos, dos estudantes extensionistas, das comunidades (público dos projetos), das instituições e entidades governamentais e Ongs, com mandato de um ano. Já os representantes dos coordenadores de extensão dos centros, da PR-5, da PR-1, da PR-2, dos estudantes, técnicos administrativos e docentes não têm definido o seu mandato.

Para a escolha de cada componente, critérios foram estabelecidos em plenária com os representantes. A escolha da representação de entidades parceiras governamentais e não-governamentais, por exemplo, respeitará o tempo de parceria e sua relação com as políticas públicas. Para a representação de comunidades, será levado em consideração o número de projetos/programas desenvolvidos pela Extensão. Já para coordenadores de extensão e de projetos/programas, o seu tempo de existência e o número de unidades serão observados. Ainda serão definidos os critérios para a representação de estudantes bolsistas da Extensão.

16/9/2006

Reitor discute PDI na Neurologia

Um dos projetos discutidos na reunião com o reitor Aloísio Teixeira no Instituto de Neurologia, no dia 3 (como informamos na edição anterior) relacionado ao PDI foi à criação do Complexo de Neurociência, reunindo o INDC, o Instituto de Psiquiatria, o Hospital Pinel e o Instituto de Psicologia – unidades que já estão próximas fisicamente (estão instaladas no campus da Praia

Vermelha), mas na convivência acadêmica se mantêm a léguas de distância. Outro, foi a parceria com as Secretarias de Saúde do Estado e do Município do Rio, que para se tornar realidade precisa do apoio da Reitoria.

Essa iniciativa objetiva organizar o atendimento aos pacientes, já que só o INDC oferece tratamento e exames sofisticados para doenças neurológicas em praticamente todo o Estado do Rio de Janeiro, mesmo sem contar com infra-estrutura física, profissionais suficientes e recursos do SUS que cubram todas as despesas com pacientes.

Preocupação – A psicóloga Renemilda Cacique de Góes manifestou sua preocupação com a possibilidade de ficar sob a responsabilidade do Ministério da Saúde o pagamento dos funcionários dos hospitais universitários. De acordo com o reitor, no âmbito do MEC, essa proposta deixou de existir, mas não mantinha o mesmo otimismo em relação ao Ministério da Saúde. O coordenador-geral do SINTUFRJ, Marcílio Lourenço, informou que conversou em abril com o assessor do Ministério da Saúde, Rilbert David, que disse não ser mais plano daquele ministério assumir a folha de pagamento destes servidores.

4/9/2006

Reitor afirma que PDI defende autonomia e universidade pública

Aloísio Teixeira esteve na subsede do SINTUFRJ, no HU, e debateu com representantes da categoria

O reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, defendeu ardorosamente a proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a Universidade num debate na subsede do HU na quarta-feira, dia 30 de setembro. De acordo com Aloísio Teixeira, o conteúdo do depoimento é a afirmação do caráter e da natureza pública da universidade. O reitor destacou que o PDI deve refletir os desejos de servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes da instituição, para ganhar amplitude e representatividade. O reitor sustentou que, quando o texto do PDI define a missão da UFRJ, responde à necessidade de estabelecer princípios inarredáveis do espírito democrático e do compromisso de uma universidade pública com a sociedade. “A missão da pesquisa, do ensino, da extensão, do conhecimento é promover a sociedade brasileira. O objetivo tem que ser a sociedade”, enfatizou. “Uma pesquisa de uma instituição pública tem que ser pública”, afirmou.

Aloísio Teixeira fez uma rápida análise do processo de formação histórica da universidade brasileira. “No início dos anos 60 a universidade no Brasil era bacharelesca, não tinha pesquisa, professor em tempo integral, sem pós-graduação.” Aloísio comparou: “A UFRJ tinha 8 mil universitários. À época, para se ter uma idéia, a Universidade de Buenos Aires tinha 200 mil estudantes.” Aloísio Teixeira disse que a modernização da universidade se deu no período da ditadura militar, com a criação de mecanismos como CNPq, Finep e outros organismos de fomento. Para que isso acontecesse, disse Aloísio, foi necessária uma aliança entre setores da comunidade científica com o governo militar. Aloísio disse que esse ranço se manteve em muitas esferas: “Até hoje quem decide em certas instâncias o financiamento é a comunidade científica, não a universidade autônoma.”

A um dos questionamentos feitos pelos dirigentes sindicais sobre o método adotado pela Reitoria para o debate sobre o PDI, Aloísio construiu alguns argumentos. Ele disse que o pensamento conservador na universidade reside nas congregações, por onde as discussões sobre o plano vem ocorrendo. “Temos que enfrentar esse pensamento conservador. Temos que afirmar que a universidade não é Torre de Marfim, que a política de pesquisa é autoritária. E o nosso objetivo é alargar o processo de discussão”, disse. “Somos todos funcionários públicos, todos trabalhadores em educação. Temos que balançar o pensamento conservador.”

O reitor procurou emitir opiniões mais conceituais sobre alguns questionamentos levantados por

técnicos-administrativos presentes à reunião. Ele disse que a Reitoria defende “um projeto de qualificação que seja de construção integrada e a criação de uma escola para os movimentos sociais. Temos que fazer a interface com os movimentos sociais através da educação”, defendeu Aloísio. Relacionando alguns pontos, Aloísio Teixeira disse ser contra a cessão de terrenos da universidade, apontando para a necessidade de uma outra política de administração do patrimônio.

Sobre as vagas ociosas da universidade virem a ser ocupadas por servidores, Aloísio se mostrou cauteloso. Ele disse que, a princípio, defende que estas vagas sejam ocupadas por quem tem matrícula. O reitor se comprometeu em implantar a normalidade institucional no Hesfa e no Instituto de Neurologia, hoje conduzidos por pro tempore. Disse que a situação dos hospitais universitários é preocupante, especialmente a do Clementino Fraga. “A perna-seca ocupa um espaço de milhares de metros quadrados e estamos fazendo um estudo para saber que medida tomar.” O reitor disse que em seu pensamento em relação ao desenvolvimento de carreira – inscrito no texto –, aponta para o cargo único e disse que não tem nenhum problema em relação à tese de paridade nos órgãos colegiados.

O reitor foi recebido pelos coordenadores-gerais do Sindicato, ele estava acompanhado dos pró-reitores de Patrimônio e Pessoal, Carlos Levi e Luis Afonso Mariz, respectivamente, do superintendente de Finanças, Milton Flores, e do superintendente de Pessoal, Roberto Gambine.

PDI: ampliar o debate

GT-Educação do SINTUFRJ debate proposta às 14h do dia 22 de agosto na subsede do HU

As discussões sobre a proposta de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a UFRJ chegam ao terceiro mês e continuam restritas às Congregações das Unidades, situação que pode comprometer a representatividade do debate de uma questão vital para a universidade: as reuniões de Congregações, como se sabe, são convocadas pela direção das unidades e nem sempre são abertas à comunidade universitária. O reitor Aloísio Teixeira, no entanto, desde o início do processo tem dito que reconhece a necessidade de ampliar o debate com as entidades representativas (SINTUFRJ, Adufrj, DCE e APG) dos diversos segmentos da comunidade para recolher críticas e sugestões. Pelo calendário do Reitor, isto vai ocorrer em setembro.

A dinâmica implementada pelo reitor (discussões nas congregações para explicação do PDI e posteriormente com a comunidade universitária) não descarta a participação imediata dos interessados. Um fórum de discussão do PDI foi criado para que professores, estudantes e técnicos-administrativos enviem comentários e sugestões (www.ufrj.br/pdi). No âmbito do SINTUFRJ, que foi convidado pelo reitor a participar do debate ainda em processo de transição da diretoria, a discussão está sendo feita pelo Grupo de Trabalho de Educação (GT). No dia 22 de agosto, às 14h, na subsede do HU, tem reunião. Pauta: continuidade do debate sobre o PDI.

A discussão é essencial, porque as decisões irão implicar mudanças substantivas na universidade, como também para sua comunidade. O estudo da Reitoria faz levantamento dos problemas da UFRJ e traça linhas de desenvolvimento estratégico nas principais áreas de atuação. No entanto, tal debate, para ser democrático, não deve descartar nenhum segmento da UFRJ, o que compromete o processo de discussão e torna as decisões autoritárias. As reuniões de Congregações, (muitas delas não há, sequer, representação de técnicos administrativos e estudantes), na sua maioria, são restritas, convocadas pela direção das unidades. Corre-se o risco de o debate ficar relegado somente ao segmento docente.

Plano

O PDI começou a ser elaborado em 2004. A Administração Central da UFRJ realizou uma primeira versão, que foi modificada em um seminário realizado em Macaé. A segunda versão foi levada, em 2005, ao Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), formado por

decanos e pró-reitores. Dessa reunião saiu a atual proposta que terá uma versão final a ser levada a uma plenária de Decanos e Diretores. No fim de outubro o reitor pretende encaminhar o PDI ao Conselho Universitário para aprovação.